



**Atributos da Paisagem cultural. Reflexões sobre a Paisagem cultural,  
como uma tipologia, e da Paisagem histórica urbana, como uma  
abordagem**

*Attributes of the Cultural Landscape. Reflections on Cultural Landscape, as a typology  
and Historic Urban Landscape, as an approach.*

*Atributos del Paisaje Cultural. Reflexiones sobre el Paisaje Cultural, como tipología y el  
Paisaje Urbano Histórico, como abordaje.*

**Paula Maciel Silva**

Professor Doutor, UNICAP, Brasil  
paula.maciel@unicap.br

**Andrea Câmara**

Professor Doutor, UNICAP, Brasil  
andrea.camara@unicap.br

**Clarissa Duarte**

Professor Mestre, UNICAP, Brasil  
clarissa.duarte@unicap.br



**RESUMO:**

O objetivo do trabalho é identificar os atributos da paisagem cultural que carregam o valor a ser preservado. Inicia com uma abordagem teórica sobre o tema da paisagem cultural utilizando como metodologia de análise dos textos, a Análise de Conteúdo. Os resultados indicam que grande parte dos valores está relacionada à organização espacial e da forma, à genuinidade material e à continuidade do cenário, todos estes, aspectos relacionados com a forma urbana. Na segunda parte, propõe-se para a leitura da paisagem integrar as perspectivas geradas pelos pontos de visada. É uma abordagem alternativa à definição de um raio de abrangência uniforme para a definição da zona de proteção. O foco é na escala do conjunto edificado como um dos elementos que pode impactar negativamente na paisagem. Trata-se de um recorte metodológico da pesquisa. Deseja-se contribuir com a leitura do território e oferecer subsídios para a elaboração de diretrizes de reabilitação urbana que contemplem a preservação, restauração e revitalização da paisagem.

**Palavras-chave:** Patrimônio. Paisagem cultural. Cidades sustentáveis.

**ABSTRACT:**

*The aim of the work is to identify the attributes of the cultural landscape that carry the value to be preserved. It begins with a theoretical approach to the theme of cultural landscape using Content Analysis as a text analysis methodology. The results indicate that a large part of the values is related to the spatial organization and form, the material genuineness and the continuity of the scenario, all of these aspects related to the urban form. In the second part, it is proposed to read the landscape to integrate the perspectives generated by the viewpoints. It is an alternative approach to defining a uniform radius of coverage for defining the protection zone. The focus is on the scale of the building complex as one of the elements that can negatively impact the landscape. This is a methodological approach to the research. The aim is to contribute to the reading of the territory and offer subsidies for the development of urban rehabilitation guidelines that include the preservation, restoration and revitalization of the landscape.*

**Key words:** Heritage. Cultural landscape. Sustainable buildings.

**RESUMEN:**

*El objetivo del trabajo es identificar los atributos del paisaje cultural que conllevan el valor a preservar. Se inicia con una aproximación teórica al tema del paisaje cultural utilizando el Análisis de Contenido como metodología de análisis de texto. Los resultados indican que gran parte de los valores están relacionados con la organización y forma espacial, la genuinidad material y la continuidad del escenario, todos estos aspectos relacionados con la forma urbana. En la segunda parte se propone leer el paisaje para integrar las perspectivas generadas por los miradores. Es un enfoque alternativo para definir un radio de cobertura uniforme para definir la zona de protección. La atención se centra en la escala del complejo de edificios como uno de los elementos que pueden afectar negativamente al paisaje. Este es un enfoque metodológico de la investigación. El objetivo es contribuir a la lectura del territorio y ofrecer subvenciones para el desarrollo de pautas de rehabilitación urbana que incluyan la preservación, restauración y revitalización del paisaje.*

**Palabras clave:** Patrimonio. Paisaje cultural. Cidades sustentables.



## 1 INTRODUÇÃO

A preservação do patrimônio – material e imaterial – no planejamento urbano é fundamental para construção de uma contemporaneidade que apresente um elo entre passado e futuro. Faz-se necessário compreender os limites aceitáveis de mudança de modo a não comprometer a transferência do legado do patrimônio cultural às futuras gerações. “*As áreas históricas urbanas estão entre as mais abundantes e diversas manifestações do nosso patrimônio cultural*” (UNESCO, 2011, p.2). A sua preservação busca, além de acumular tradições e experiências, visa melhorar o uso produtivo dos espaços urbanos. Mais do que conservar o bem cultural ou o sítio, atualmente fala-se em preservar o “espírito do lugar”<sup>1</sup>.

Neste contexto, paisagem vai além da forma como se vê, envolve a experiência dos sentidos e do conhecimento de quem olha. Assim, sua compreensão acontece nas relações entre o homem e o meio ambiente, que conformam relações físicas, como também simbólicas (imateriais), pois estimulam o espírito e a imaginação (SÁ CARNEIRO e SILVA, 2011). Aspectos de natureza material e imaterial contribuem para a criação do espírito do lugar. Mesmo considerando a amplitude da abordagem, o trabalho foca nos aspectos tangíveis que configuram o contexto urbano e que constituem parte dos atributos nos quais estão contidos o valor e a significância da área urbana e são parte dos elementos que constituem a paisagem cultural.

O presente trabalho se insere no contexto do Espaço Urbano Cidadão, que é “*o espaço resultante de um planejamento integrado, onde espaços públicos e privados são planejados de maneira conjunta e complementar*” (Câmara, et. al., 2018). Os autores consideram três os conceitos norteadores: Paisagem Cultural, Rua Cidadã e Arquitetura Urbana. Integram a Paisagem cultural, elementos constitutivos dos espaços públicos e privados assim como cidadãos, habitantes e usuários. A Rua Cidadã considera o espaço público como plataforma principal e a Arquitetura Urbana, o espaço privado, estando todos eles, relacionados.

Está alinhado, especialmente, com a meta número 11.4 do 11º ODS “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”, que define a necessidade de “fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo” (AGENDA 2030).

## 2. OBJETIVOS

O objetivo do trabalho é identificar os atributos da paisagem cultural que carregam o valor a ser preservado.

## 3. METODOLOGIA

---

<sup>1</sup> “Espírito do lugar” ou “*Spiritu loci*”, termo advindo da Declaração do Quebec (ICOMOS, 2008). Compreende os elementos físicos e imateriais que vão dar sentido e emoção a um lugar.



A primeira parte do trabalho apresenta o resultado de um percurso teórico através de documentos de órgãos internacionais que abordam o tema da **paisagem cultural** são eles: Recomendação Europa (1995); Carta de Lisboa (1995); Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana (UNESCO 2011); as Diretrizes Operacionais<sup>2</sup> (UNESCO, 2023, Anexo 3); e o *National Park Service*, órgão responsável pela formulação de políticas de patrimônio nos Estados Unidos. Impressiona como existem abordagens diversas, mas, de certa forma, complementar sobre o tema da paisagem cultural. E, talvez, pela sua abrangência, veem-se tentativas de classificação ou subdivisão e, em alguns casos, a necessidade de abordar situações específicas como é o caso dos conjuntos urbanos, por se tratar de um objeto que sofre o risco de perda do espírito do lugar, da identidade das comunidades e da integridade do tecido urbano.

Do ponto de vista metodológico, percebeu-se uma lacuna em como identificar os **atributos** que **carregam os valores**, que atribuem significado a bem cultural. Para isso, buscou-se identificar quais atributos da UNESCO (2023) estão relacionados com os elementos da morfologia urbana (LAMAS, 2010).

A partir da identificação dos atributos que atribuem valor à paisagem cultural, juntamente com os conceitos, o presente trabalho propõe uma abordagem metodologia para a leitura da paisagem a partir da compreensão dos atributos que carregam o valor, e por isso devem ser preservados, sem, no entanto, enrijecer o processo de transformação da cidade, enquanto organismo vivo, que necessita responder às novas demandas com responsabilidade social, econômica e cultural. Propõe-se relacionar os elementos que compõem a paisagem cultural identificados nas cartas e documentos já citados anteriormente, aos **atributos segundo classificação da UNESCO (2023)** que atribuem significado a um lugar.

O método utilizado baseia-se na análise de conteúdo (BARDIN, 2008).

“É um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. O interesse não está na descrição do conteúdo, mas sim no que estes nos poderão ensinar após serem tratados” (BARDIN, 2008, p. 40).

O percurso é dividido em três etapas: i) pré-análise, ii) exploração do material, iii) tratamento dos resultados e interpretação. A Figura 01 apresenta um diagrama das etapas e deseja ressaltar que se trata de um processo cíclico e que, cada uma das etapas retroalimentam a etapa anterior.

---

<sup>2</sup> As Diretrizes Operacionais são revisadas periodicamente para refletir as decisões do Comitê do Patrimônio Mundial. A versão 2023 é a versão mais atualizada quando da realização deste trabalho.



Figura 01: Diagrama representativo das etapas da Análise de Conteúdo.



Fonte: elaborado pelas autoras com base em Bardin, 2008.

#### 4. RESULTADOS

##### Uma visão complementar.

O tema da paisagem cultural no campo da preservação é uma visão mais recente se comparada às reflexões em torno do edifício enquanto um bem a ser preservado. A revisão bibliográfica demonstrou que existem abordagens diversas e complementares sobre este tema. É um tema que abrange diversos fatores, inclusive porque os diversos contextos de paisagens, demanda complementações e às vezes tentativas de classificação ou subdivisão.

No documento das Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2023, Anexo 3) “a expressão ‘paisagem cultural’ abarca uma grande variedade de manifestações interativas entre o homem e o seu ambiente natural” subdividida em três categorias principais: (i) a paisagem intencionalmente **concebida** e criada pelo homem, exemplificada pelos jardins e parques; (ii) a paisagem essencialmente **evolutiva**, que pode ser tipo relíquia (ou fóssil) – quando houve interrupção repentina no seu processo evolutivo – ou do tipo paisagem viva – a que está associada ao modo de vida tradicional e na qual o processo evolutivo continua; a paisagem cultural **associativa** que é aquela associada a fenômenos religiosos, artísticos ou culturais do elemento natural.

De forma semelhante, o *National Park Service*, órgão responsável pela formulação de políticas de patrimônio nos Estados Unidos, sugere 04 (quatro) categorias de paisagem cultural: Paisagem Histórica Vernacular (*Historic Vernacular Landscape*), Paisagem Histórica Projetada (*Historic Designed Landscape*), Sítios Históricos (*Historic Site*), Paisagem Etnográfica (*Ethnographic Landscape*) (tradução nossa).

O primeiro documento internacional que conceituou a paisagem cultural é a Recomendação Europa (1995) e o faz relacionando “agenciamentos naturais e humanos” cujas reminiscências conectam o presente a momentos passados. É do mesmo ano a Carta de Lisboa



que trata sobre a Reabilitação Urbana Integrada como um contributo inovador para a preservação e vivificação do património cultural das cidades.

Ainda assim, as cidades e centros históricos permanecem nos documentos da UNESCO (2023, Anexo 3) como conjuntos urbanos divididos em três categorias: (i) as cidades não habitadas, (ii) as cidades históricas habitadas e (iii) as cidades novas do século XX. No tocante à 2ª categoria, destaca-se a necessidade de ter preservada “**a organização do espaço, a estrutura, os materiais, as formas e, se possível, as funções de um conjunto de edificações**” e que seja previsto um tratamento adequado da sua envolvente imediata. (grifo nosso)

Em 2011, com a constatação da mudança no padrão da ocupação humana de áreas rurais para áreas urbanas, e o reconhecimento da natureza dinâmica das cidades vivas, percebe-se o risco da fragmentação e da deterioração do património urbano, com seus componentes tangíveis e intangíveis, podendo acarretar a perda de um recurso essencial para melhorar a habitabilidade das áreas urbanas. E neste contexto, é elaborada a **Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana**.

A Paisagem Histórica Urbana “transcende a noção de ‘centro histórico’ ou de ‘conjunto histórico’ para incluir o contexto urbano mais abrangente<sup>[1]</sup> e a sua envolvente geográfica” (UNESCO, 2011. Item 8). O objetivo é preservar, integrando à necessidade da conservação, o desenvolvimento econômico e social, através de uma utilização produtiva e sustentável do espaço urbano. O ambiente natural faz parte dessa paisagem e deseja-se uma relação equilibrada deste com o ambiente urbano. As intervenções contemporâneas devem acontecer de forma harmoniosa considerando a diversidade e a criatividade cultural como essenciais para o desenvolvimento humano, social e econômico. (UNESCO, 2011)

O que parece uma redundância em termos conceituais, reflete uma preocupação em abordar o caso específico dos conjuntos urbanos acrescido de uma visão mais ampla e rica de conteúdo imaterial. De fato, a Recomendação (2011) alerta para o risco da perda do **espírito do lugar** e a **identidade das comunidades** além da **integridade do tecido urbano**. A preservação do **espírito do lugar** é o novo paradigma e é responsável para conduzir as decisões de planejamento no sentido que favorecer a população local e seus usos, evitando processos como a gentrificação. (RIBEIRO, 2016)

Compreender a **identidade** dos lugares é entender a forma como as experiências humanas ocorrem nos lugares. E essas estão relacionadas aos conceitos de interioridade (*insideness*) e exterioridade (*outsideness*). “*The more profoundly inside you are, the stronger is this identity with the place.*” (RELPH, 1976, p.49)

“A **integridade** é uma apreciação de conjunto e do carácter intacto do património natural e/ou cultural e dos seus atributos.” (UNESCO, 2023. Parágrafo 88) É necessário que o tecido físico e/ou as suas características significativas encontrem-se em bom estado, e exista uma percentagem importante de elementos necessários à transmissão da totalidade dos valores que o bem representa (UNESCO, 2023. Parágrafo 89).

Não é difícil encontrar situações nas quais a inserção de novas edificações no tecido urbano tradicional ou mesmo nas bordas de um conjunto histórico, representa um risco à



integridade do conjunto (Figura 02). Entre as causas que justifiquem essas situações estão a fragilidade de legislações urbanísticas como ativo do processo de transformação das cidades, a mudança do uso original com o processo gradual de modificação para novas atividades ou ainda o abandono, a subutilização e estado de degradação sofrido pelo pouco investimento.

Figura 02: Palácio do Arcebispo de Olinda e Recife em estilo neoclássico, inserido no perímetro da ZEPH 33 – Prefeitura do Recife pela Lei ei nº 16.719/01.

A inserção de novas edificações nas bordas de um conjunto histórico interfere na paisagem.



Foto: Paula Maciel, 2024

Sobre a condição de **autenticidade**, faz-se necessário que os valores culturais sejam expressos de modo verídico e credíveis através de atributos como: forma e concepção, materiais e substância, uso e função, tradições, técnicas e sistemas de gestão, situação e enquadramento, língua e outras formas de patrimônio imaterial, espírito e impressão, e outros fatores internos e externos. (UNESCO, 2023. Parágrafo 82)

Preservar a Paisagem Histórica Urbana implica preservar **as características naturais do local, o ambiente construído, os espaços livres, os padrões de ocupação do solo e organização espacial, as percepções e relações visuais** juntamente com as dimensões imateriais do patrimônio. Estes são aspectos que podem carregar valor e como tal, deseja-se que sejam preservados.

O documento “Orientações para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial” (UNESCO, 2023) aponta que **os valores culturais são expressos através de** uma diversidade de **atributos**, e os elenca: forma e concepção; materiais e substância; uso e função; tradições, técnicas e sistemas de gestão; situação e enquadramento; língua e outras formas de patrimônio imaterial; espírito e impressão; e outros fatores internos e externos (UNESCO, 2023. Artigo 82). Esses atributos se referem aos bens culturais.



Numa tentativa de estimular a discussão e o debate sobre possíveis abordagens alternativas acerca da avaliação da autenticidade e integridade, Stovel (2007) propõe que o documento das Diretrizes Operacionais incorpore 06 (seis) sub-aspectos em relação a cada uma das quatro tipologias de patrimônio cultural existentes (sites arqueológicos, cidades históricas, monumentos e paisagem cultural). São eles: Completude; Caráter intacto; Genuinidade material; **Organização espacial e da forma**; Continuidade da função; **Continuidade do cenário**. Nota-se o esforço de contextualizar conceitos para abranger a diversidade do universo que abrange o patrimônio cultural. A essência da discussão proposta está em **preservar o(s) aspecto(s) da paisagem associado(s) ao valor pela qual ela é reconhecida** bem como **assegurar-se que há uma zona de proteção “suficiente para proteger o carácter da situação existente”**. Aborda-se atributos relacionados a: gestão, uso e função, materiais, tecido histórico e organização espacial.

A investigação teórica conceitual, sintetizado na primeira parte deste trabalho, buscou compreender o conceito de paisagem cultural, bem como os elementos que a compõem, em autores e cartas patrimoniais relevantes. Este, configurou o universo de investigação e exploração.

A este ponto, põe-se uma pergunta: como identificar na paisagem, os atributos citados pela UNESCO como sendo os que carregam o valor de um bem, e como eles orientam a leitura de uma paisagem?

#### 4.1 Atributos da paisagem

*“Os atributos de um objeto são definidos como toda e qualquer característica dos objetos e processo reconhecidos como tendo valor patrimonial que física-material ou não material.”* (Zanchetti & Hidaka, 2010, p.4)

O primeiro passo para identificar os **atributos que carregam valores** e atribuem significado a uma paisagem é compreender quais atributos da UNESCO (2017) estão relacionados com os elementos da morfologia urbana (LAMAS, 2010). Por atributos da UNESCO tem-se: Forma e concepção; Materiais e Substância; Uso e Função; Tradição, técnica e sistemas de gestão; Localização e implantação; Linguagem e outras formas de patrimônio imaterial; Espíritos e sentimentos. E por elementos da morfologia urbana tem-se: Solo, Quarteirão, Lote, Edifício, Logradouro, Fachada, Traçado, Monumento, Praça, Árvore e vegetação, Mobiliário urbano,

A Figura 02 mostra como foram relacionados os elementos da morfologia urbana, de Lamas (2010), com os atributos da UNESCO (2017). O resultado foi a identificação dos seguintes atributos: **Forma e concepção; Materiais e substância; Tradição, técnica e sistemas; Localização e implantação.**

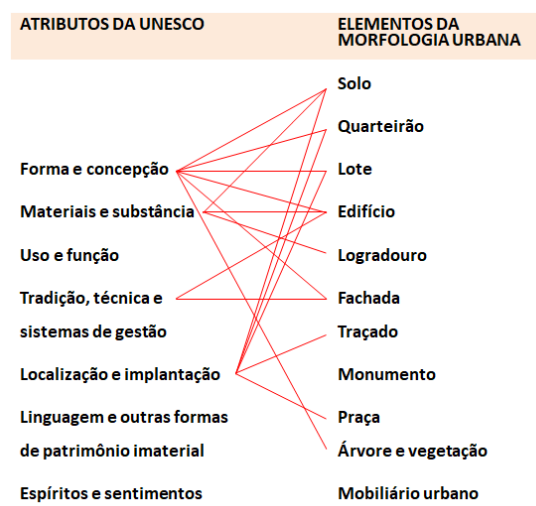
Na etapa de análise dos documentos que abordam o tema da paisagem cultural, também se constatou que, a maior parte dos valores a preservar está relacionado à forma urbana definida pelo traçado e parcelamento, as relações entre os espaços construídos, espaços



abertos e espaços verdes, a forma e o aspecto das edificações (volume, estilo, escala, materiais e cor) e as relações com o entorno (Carta de Washington, 1986).

Deste modo, do ponto de vista quantitativo, os resultados indicam que grande parte dos valores a preservar está relacionada à organização espacial e da forma, à genuinidade material e à continuidade do cenário, todos estes, aspectos relacionados com a **forma urbana**. É um dado numérico interpretado de forma qualitativa e direcionou a abordagem para a **morfologia urbana** que é a forma da cidade, inicialmente influenciada pela geografia e seus limites. Surge como consequência da necessidade, de organização sócio espacial por parte de seus habitantes, em delimitar espaços edificados e não edificados, e também espaços de uso público e espaços de uso privado.

Figura 02: Relação entre os atributos da UNESCO (2017) e os Elementos da morfologia urbana de Lamas (2010)



Fonte: Elaborado pelas autoras

O próximo passo, foi a definição de um **conceito** para cada atributo de forma a possibilitar um entendimento comum sobre cada atributo com o objetivo orientar os processos de avaliação da paisagem cultural com vistas à construção de diretrizes. Para tanto, foi utilizada a análise de conteúdo (BARDIN, 2008) conforme apresentado no item 3 deste trabalho. Observar que, para o atributo “Tradição, técnica e sistemas”, conceitualmente, foi subdividido por entender que o atributo tradição, considera os elementos que possuem relação com aspectos culturais locais, enquanto o atributo técnica refere-se ao modo de fazer, a tecnologia. (SILVA, 2012).

A seguir estão apresentados os conceitos para os atributos: Forma e concepção, Materiais e substância, Tradição, Técnica, Localização e Implantação.

- **Forma e concepção:** abrange todos os elementos da morfologia urbana (solo, edifício, lote, quarteirão, fachada, logradouro, traçado / rua, praça, monumento, árvore e vegetação, mobiliário urbano). Este atributo é expresso através da forma como se dá o



parcelamento do solo, a volumetria e a implantação dos edifícios, o traçado das vias, o mobiliário urbano, bem como árvore e vegetação.

- **Materiais e substância:** diz respeito à materialidade dos elementos presentes no conjunto urbano. São os tipos materiais utilizados na pavimentação, nas coberturas, nas fachadas dos edifícios, as massas vegetativas, e em outros componentes existentes.
- **Tradição:** refere-se à tradição cultural do local e abrange todo o aspecto histórico existente expresso através da forma dos espaços construídos (edificações) ou espaços livres (espaços públicos). Também está relacionado a monumentos.
- **Técnica:** refere-se ao modo de fazer, de construir. Está fortemente relacionado ao período histórico, revelam a origem temporal e contribuem para provar a autenticidade do lugar.
- **Localização e implantação:** diz respeito ao próprio território em que se localiza o conjunto, a relação entre o espaço construído e os espaços livres.

Os atributos “uso e função”, “linguagens e outras formas de patrimônio imaterial” e “espíritos e sentimentos”, também são aplicáveis ao contexto de conjuntos urbanos mas, pela sua natureza, não são diretamente identificados como elementos morfotipológicos. Podem estar diretamente relacionados ao valor atribuído aos espaços construídos (edificações) e aos espaços públicos. Enquadram-se, nessa categoria, as formas de uso e apropriação, bem como as diversas **manifestações artísticas culturais** ou **eventos** existentes que contribuem para atribuir significado ao lugar.

A compreensão do conceito desses atributos direciona a leitura da paisagem com vistas à elaboração de um diagnóstico que oferece subsídios para a elaboração de diretrizes de preservação, restauração e revitalização da paisagem. Um mapa síntese indicará as áreas a preservar e áreas a renovar. Nessas últimas estão os lotes vazios ou lacunas urbanas (SILVA & SILVA, 2017), e dependendo do tipo de proteção legal existente sobre a área, edificações que podem vir a ser substituídas.

*“A conservação da paisagem cultural é um dos desafios mais complexos da área do patrimônio hoje.”* (CASTRIOTA, 2013. P. 23). A metodologia proposta abrange a dimensão estética consciente de que as decisões para conservação da paisagem envolvem a dimensão funcional e ecológica.

#### **4.2. Elaboração do diagnóstico da paisagem**

A proporção do conjunto edificado em termos de **implantação, escala e volumetria** é um dos aspectos que caracterizam a paisagem de modo que a alteração desse conjunto pode comprometê-la. Refere-se à tipologia arquitetônica que estuda, identifica e agrupa as características da organização volumétrica e cultural dos edifícios. (AUTOR, 0000)

Alterações que possam ocorrer, seja no interior do perímetro do conjunto urbano, modificando os padrões de ocupação do solo e organização espacial, seja nas bordas,



interferindo na percepção e nas relações visuais a partir do conjunto podem afetar a integridade e a autenticidade da paisagem. De fato, a condição de autenticidade de um patrimônio cultural não está contida somente nele. Ela o extrapola fisicamente. “É imprescindível o equilíbrio entre o edifício e seu entorno. Sua ruptura seria um atentado contra a autenticidade.” (Carta de Brasília, 1995. CP: 326).

Como instrumentos para leitura do lugar e análise, tem-se os Mapas de Cheios e Vazios e de Gabarito. O primeiro possibilita identificar a forma com a qual as edificações estão implantadas nos lotes. Enquanto o segundo, juntamente com imagens tridimensionais, a escala das edificações.

A análise e o entendimento sobre a morfotipologia de um território permitem a identificação dos diversos padrões de ocupação urbana que aconteceram ao longo do tempo. As camadas históricas se expressam no **traçado viário e espaços livres, no parcelamento e uso do solo** e, conseqüentemente, nas leis que definiram de época a época, a forma de ocupar o espaço. Busca-se compreender a cidade por meio dos elementos que formam a estrutura urbana (vias, parcelas, edifícios), suas relações e os seus processos de crescimento e mudança (CÂMARA, et. al 2018). Esses fazem parte do conjunto de elementos que expressam o valor das cidades e devem ser preservados. (Carta de Washington, 1986)

A proteção da paisagem está associada à proteção das principais vistas definida através das visadas. Instrumentos regulatórios como Canadá (2007) e Londres (2012) abordam essa questão. Apesar de serem elaborados com foco na proteção de edifícios ou monumentos, oferecem uma contribuição para a discussão da preservação dos conjuntos urbanos no contexto da paisagem histórica urbana.

#### **4.3. A paisagem a partir dos pontos de visada**

Os componentes da visada são: (i) os **pontos de visada** – podem ser feitos, em rotas a pé, de carros ou de barco; (ii) o **objeto** (patrimônio preservado) – quanto mais importante o edifício, mais rigorosa a proteção da vista; e (iii) o **campo de visada** formado entre o ponto de visada e o objeto (*foreground*) e atrás do objeto (*background*). O primeiro se divide em *foreground* central e lateral. Os cuidados relativos a essa vista dizem respeito ao acesso visual, obstrução ou enquadramento das visadas e alteração do *skyline*. Deste modo, as áreas do *foreground* e *background* assim como as laterais ficam submetidos a uma limitação de gabarito. (CANADÁ, 2007)

No que se refere à definição dos pontos de visadas tem-se quatro categorias (Londres, 2012): (i) as vistas lineares: são vistas de **marcos específicos** da paisagem que são apreciados **através de estreitos espaços entre edifícios**; (ii) a vista da paisagem urbana: são as vistas que focam em **importantes edifícios** e que podem ser contempladas **a partir de espaços abertos e públicos**; (iii) perspectiva do rio: proporciona um amplo alcance de **experiências visuais de curta e longa distância**, incluindo vistas importantes da cidade, como as que ocorrem ao longo das margens do rio ou das pontes; e (iv) panorama da cidade: são **vistas panorâmicas**



de marcos importante da paisagem **realizado a partir de espaços públicos elevados**. Nesse caso pode ser de uma ponte onde se tenha uma vista elevada.

A escolha do(s) tipo(s) de **ponto de visada** depende do que se deseja preservar que podem ser marcos culturais ou outros elementos representativos do lugar que, juntos, irão compor a paisagem histórica urbana a ser preservada. Depende também das características dos espaços abertos e públicos nos quais se dá as locações das vistas.

A partir do ponto de visada tem-se o **campo de visualização horizontal** com abertura total de 120°, sendo 60° para cada lado a partir do eixo e ângulo central de 80°, sendo 40° para cada lado. Este é o campo de visualização horizontal. Em cada ponto de avaliação, o ângulo de visada vai avaliar a abrangência da paisagem a ser preservada e a visualização do seu.

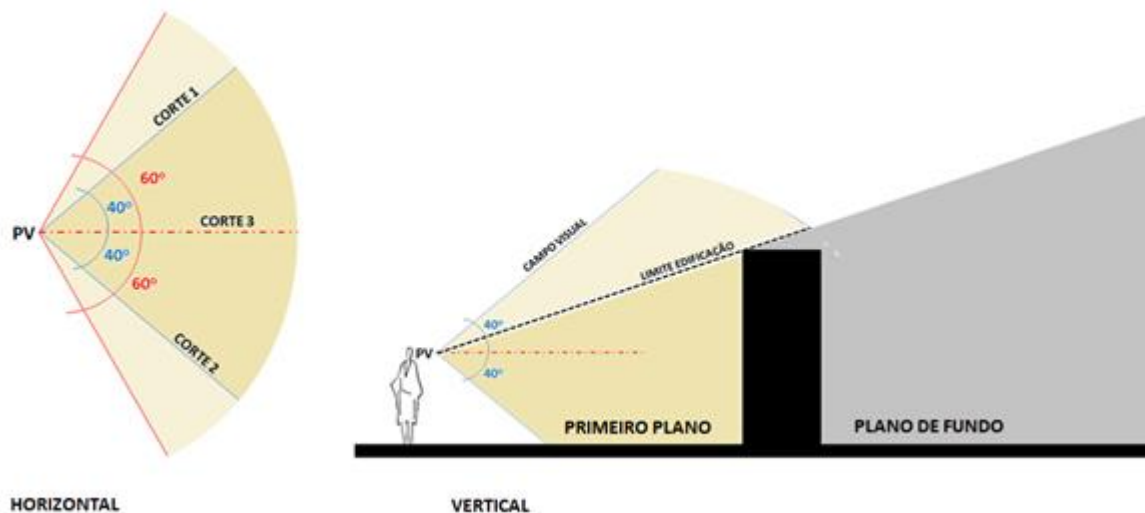
O exercício da experimentação dessa metodologia apontou que, dependendo da característica do ponto de visada, têm-se a necessidade do **campo de visualização vertical**. Este é elaborado a partir de cada ponto de visada, na altura de 1,50m (referência: escala do pedestre) e permitem analisar a influência da escala das edificações nos campos de visada frontal (foreground) e posterior(background). Os cortes 1 e 2 são elaborados tendo como referência as linhas limites do ângulo central (40° à direita e à esquerda - cortes 1 e 2) e o corte 3, o eixo do ângulo central. O ângulo resultante representa o limite da altura possível para implantação de novas edificações nos diversos lotes posteriores localizados no plano de fundo.

A leitura vertical do ponto de visada (PV) é transferida para a planta baixa resultando no mapeamento do limite do gabarito das novas edificações. Aplicando-se este procedimento em todos os pontos de visadas identificados numa área tem-se como resultado um conjunto de mapas com as indicações do limiar de altura. Por fim, faz-se a sobreposição de todos mapas. No caso de um mesmo lote possuir duas alturas diferentes, prevalece a menor altura que é a mais restritiva. O resultado é o mapa síntese com indicações do limiar de altura para toda área de estudo e reflete as exigências e necessidade da preservação da paisagem.

Um aspecto importante na definição dos pontos de visada são as perspectivas geradas pelos espaços abertos – ruas ou praças. Percebe-se que eles aumentam substancialmente, a área de influência referente ao primeiro plano e indica restrições no gabarito maiores que nos casos que o edifício ou o conjunto urbano se coloca como limite visual.



Figura 03: Pontos de Visada Horizontal e Vertical



#### 4.4 A Legislação como instrumento de preservação da Paisagem

A Carta de Brasília aponta para a legislação como o instrumento regulador para assegurar a manutenção do entorno, quando for possível, ou orientar os processos de requalificação de forma que as relações de massa, textura e cor, entre o existente e o novo, ocorram de forma harmônica.

O modo recorrente de regulamentar a ocupação do solo urbano é a parametrização. Ou seja, parâmetros urbanísticos orientam a forma das edificações e, deste modo, “desenham” nossas cidades. Esse tipo de abordagem, entretanto, pode ser responsável pelo aparecimento de volumetrias que interferem na paisagem seja na **escala** quanto na forma de **implantação** das edificações.

Características morfotipológicas como: áreas previamente parceladas, áreas não parceladas, grandes vazios, parcelamentos uniformes e regulares, parcelamentos irregulares identificam uma unidade, resultam em tecidos urbanos diversos e, por sua vez, demandam formas de ordenamento e legislações diferenciadas. Deste modo, uma legislação que pode ser eficaz quando aplicada a uma dessas áreas pode não ser — e, provavelmente, não será — eficaz quando aplicada a outra. HAWKES, 1978)

Em um polígono urbano definido pelo zoneamento da legislação urbanística ou até mesmo uma única quadra, não é raro encontrar tipologias de lotes que, aplicados os parâmetros urbanísticos, possibilitam a emergência de massas edificadas totalmente dissonantes do lugar no que se refere à **escala**. O mesmo pode acontecer em virtude da permissão para o remembramento de lotes.

Dissonâncias na implantação podem ser decorrentes de recuos frontais e laterais mínimos predefinidos sem contemplar a tipologia predominante nas diversas camadas históricas encontradas.



Neste sentido, mais que rever parâmetros, recomenda-se que a legislação seja definida a partir da forma que se deseja para um lugar: um código baseado na forma. As diretrizes irão nortear as revisões da lei de uso e ocupação do solo de forma a contemplar questões como limiar de altura e restrições para rememoração de lotes – para o controle de gabarito – e definição de recuos – para orientar a implantação dos novos edifícios.

## 5 CONCLUSÃO

As Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2017) ainda tratam o patrimônio como cultural e natural, separadamente. E define os conjuntos sendo “grupos de construções, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm Valor Universal Excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência” e fazem parte do patrimônio cultural (UNESCO, 2017. Art.1) Sobre as paisagens culturais, relaciona as paisagens naturais às obras conjugadas do homem e da natureza.

Uma das tarefas do planejamento urbano é orientar o crescimento das cidades em vistas de um desenvolvimento sustentável a partir de uma leitura integrada do território – **diagnóstico urbanístico** – e da proposição de **diretrizes urbanísticas**.

Essa abordagem foca na escala do conjunto edificado como um aspecto relevante e primordial que pode impactar negativamente na paisagem, entendendo que elementos como implantação, aparência do material, ritmo, relação cheios e vazios, influenciam na autenticidade e integridade da paisagem (MELO, 2009; ANDRADE JUNIOR, 2006). Trata-se de um recorte metodológico da pesquisa.

## 6 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2008.

CÂMARA, Andréa do Nascimento Dornelas...[et al.], organizadores - [Recife: UNICAP,2018]. 144p.: il. -- **Plano centro cidadão**; V.3. Ebook.

CASTRIOTA, Leonardo. Paisagem cultural: novas perspectivas para o patrimônio... **Arquitextos**, São Paulo, n 162.02, ano 14, 2013. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.162/4960> . Acesso em: 20 set. 2024.

ENGLISH HERITAGE. **Seeing The History in the View : a method for assessing heritage significance within views** . 2011. Disponível em: <http://historicengland.org.uk/images-books/publications/gpa3-setting-of-heritage-assets/>. Acesso em: 10 set. 2024.

LAMAS, José Manuel Rossano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 7. ed., Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

NATIONAL CAPITAL COMMISSION, **Canada's Capital View Protection: Protecting the Visual Integrity and Symbolic Primacy of Our National Symbols**. 2007. Disponível em: <http://publications.gc.ca/site/eng/9.828668/publication.html> . Acesso em: 10 ago. 2024



RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural urbana e paisagem histórica urbana: o Rio de Janeiro e os desafios recentes para a lista do patrimônio mundial**. "Identidades: territorio, proyecto, patrimonio", 2016, n. 6, p. 235-255. Disponível em: <http://pcommons.upc.edu/handle/2117/100070>

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; SILVA, Aline de Figueirôa. Paisagem Urbana Histórica. In: LACERDA, Norma; ZANCHETTI, Silvio Mendes. **Plano de Gestão da Conservação Urbana: conceitos e métodos**. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI). Olinda, 2012. p. 292-301.

SILVA, Paula Maria Wanderley Maciel do Rêgo. **Conservar, uma questão de decisão: o julgamento na conservação da arquitetura moderna**. Recife: EdUFPE, 2012. Acesso em: 10 ago. 2024

UNESCO, 1995. **Recomendação Europa**. Paris, 10 de novembro de 2011.

UNESCO, 1995. **Carta de Lisboa sobre a reabilitação urbana integrada**. Lisboa, 21 a 27 de Outubro de 1995.

UNESCO, 2011. **Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana**. Paris, 10 de novembro de 2011.

UNESCO, 2023. Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/guidelines>. Acesso em: 10 set. 2024.